GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Colegiados

ATA

MEMÓRIA - 2ª/2023 Reunião CTPA

Data: 27/03/2023

Pauta da reunião:

1 – Apreciação e deliberação da Ata da 01ª/2023 CTPA/CRH/DF.

2 – Agenda do CRH/DF, aprovada na 47ª RE do CRH/DF: Cobrança e Enquadramento.

3 – Informes gerais.

Participantes:

Érica Freitas (ADASA), Eduardo Cyrino (EMBRAPA), Raquel de Carvalho Brostel (ABES/DF), Ricardo Minoti (CBH Paranaíba/DF), Rodolfo Brito (CBH Maranhão/DF), Maicon (Oca do Sol), Maria Udry (Oca do Sol), Renata Mongin (IBRAM) e Lígia Viveiros (CAESB).

Participaram como ouvinte: Glauco Cruz (SEMA/DF), Márcia Coura (SEMA/DF), Hiago Fareco (SEMA/DF), Thaiane Santos (SEMA/DF), Ugo Andreazzi (SEMA/DF) e Maricleide Maia (SEMA/DF), responsável pela coordenação da reunião.

Reunião:

A Presidente cumprimentou a todos e iniciou a 02ª/2023 reunião da CTPA/DF. Procedeu com os itens de pauta:

Item 1: Apreciação e deliberação da Ata da 01ª/2023 CTPA/CRH/DF.

A Presidente consultou a todos sobre contribuições para a ata. A diretora de colegiados da SEMA/DF, Maricleide Maia, informou que teve considerações da Raquel Brostel/ABES/DF. Não havendo mais manifestações, a Presidente submeteu a ata à votação. Por unanimidade, foi aprovada a ata da 01ª/2023.

Item 2: Agenda do CRH/DF, aprovada na 47ª RE do CRH/DF: Cobrança e Enquadramento.

A Presidente apresentou a Agenda de temas prioritários para o CRH/DF. Informou que no primeiro momento vai trabalhar com dois temas; a cobrança e o enquadramento. Como referência para início de discussão, apresentou a edição final do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Afluentes Distritais do Rio Paranaíba (PRH-Paranaíba/DF). Dentro desse plano, no subprograma de implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, comentou sobre as metas e ações.

A primeira meta trata da implementação, em curto prazo, da cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Paranaíba/DF.

A primeira ação da meta sugere a regulamentação da cobrança por meio de decreto do governador do Distrito Federal. Esse assunto foi discutido no âmbito da CTPA/CRH/DF que identificou que não era necessário um decreto do governador. Diante disso, a câmara técnica fez uma minuta com as diretrizes para cobrança usando a estrutura sugerida pelo plano (Objetivos, Condições, Mecanismos para a definição dos valores, Aplicação dos recursos, Processo de implementação e Disposições finais).

Comentou que essa minuta foi discutida na plenária do CRH/DF e que nessa discussão a Adasa ficou de se manifestar sobre o assunto. Está no aguardo da manifestação da Adasa.

A segunda ação do plano seria uma deliberação do CBH Paranaíba/DF com aprovação da implementação da cobrança. Comentou que essa deliberação já foi feita pelo CBH Paranaíba/DF.

A terceira ação do plano, que é a submissão da deliberação do CBH Paranaíba/DF ao CRH/DF, informou que já foi realizada.

A quarta ação que é a definição de uma Agência de Bacia para atender o CBH Paranaíba/DF, disse que é uma discussão que precisa avançar ente o CBH Paranaíba/DF e a Adasa.

A quinta ação estabelece sistema de operacionalização da cobrança. Comentou que essa operacionalização é feita pela Adasa.

A segunda meta trata da realização, em curto prazo, da ampla divulgação da implementação da cobrança. A Presidente comentou que uma vez resolvidas as ações anteriores, o passo seguinte seria a divulgação. Passou a palavra para os conselheiros.

O subsecretário de Gestão da Águas e Resíduos Sólidos da SEMA/DF, Glauco Amorim, agradeceu o convite da Presidente para participar da reunião e que está se informando sobre os assuntos da câmara e as demandas pendentes para a Sema/DF. Está à disposição do conselho e da Presidente para dúvidas e questionamentos.

A Presidente agradeceu a participação do subsecretario e ressaltou a importância de sanar as demandas.

O conselheiro Ricardo Minoti/CBH Paranaíba/DF comentou que nesses últimos anos houve um desrespeito com o sistema de recursos hídricos do DF. Verificou uma série de questões não avançando, inclusive o processo de cobrança. Lembrou que foi criado um grupo de trabalho em 2020 para discutir o processo de cobrança. Nesse período, foi aprovado a cobrança no âmbito dos comitês de bacias, como os mecanismos e valores. Após aprovação pelos comitês de bacias, a cobrança foi discutida no âmbito do CRH/DF e nessa discussão a Adasa pediu vistas ao processo. Disse que até o momento a Adasa não se manifestou sobre o assunto. Diante desse fato, comentou que os comitês de bacias não podem implementar o plano de bacia, citado pela Presidente, porque precisam de recursos para implementação e esse recurso vem da cobrança. Lembrou que os comitês de bacias enviaram uma carta, no início de 2023, para a Sema/DF solicitando uma reunião para discutir a questão da cobrança.

O conselheiro Rodolfo Brito/CBH Maranhão-DF comentou que os CBHs do Maranhão/DF e do Preto/DF vão seguir o mesmo modelo de cobrança que vai ser adotado no CBH Paranaíba/DF. Disse que a Adasa vai seguir um Plano de Recursos Hídrico – PRH único para as bacias do Maranhão/DF e Preto/DF, mas não sabe quando será implementado. Informou que a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA e a Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas – ABHA celebraram um contrato, com a anuência do CBH Paranaíba, para que a ABHA faça o processo de cobrança pelo uso dos recursos hídricos da bacia hidrográfica e o apoio à implementação do PRH. Ressaltou a importância de se obter esse conhecimento, do processo de cobrança, para aplicar nas bacias do DF. Sugeriu criar uma campanha para informar a sociedade sobre a importância da cobrança para a bacia hidrográfica. No caso do CBH Maranhão/DF, os recursos da cobrança ajudaram no monitoramento na questão das invasões de terras, na mineração irregular, divisão urbanística, esgotos descentralizados e apoio ao turismo ecológico.

Presidente agradeceu as palavras do conselheiro que reforçou a implementação dos planos de recursos hídricos para o CBHs do Maranhão/DF e do Preto/DF. Perguntou ao conselheiro sobre o esgotamento sanitário descentralizado.

O conselheiro Rodolfo Brito/CBH Maranhão-DF explicou que foi um projeto da CAESB em uma comunidade para descarte de efluentes em jardins filtrantes. Disse que esse modelo poderia ser usado em outras comunidades com a mesma topografia.

A conselheira Maria/Oca do Sol comentou que esse tratamento descentralizado é uma alternativa importante para algumas regiões porque tem um custo baixo e grande benefício. Solicitou à CTPA/CRH/DF que verifique esse sistema descentralizado para conhecimento.

O conselheiro Rodolfo Brito/CBH Maranhão-DF ressaltou que esse tratamento descentralizado ajuda a preservar as águas subterrâneas.

O conselheiro Ricardo Minoti/CBH Paranaíba-DF citou um instrumento econômico de recompensa chamado Pagamento de Serviços Ambientais – PSA, que incentiva quem protege os recursos naturais. Esse instrumento vai atender as bacias municipais, áreas estratégicas de abastecimento humano. Comentou que esse instrumento precisa de recurso para ser implementado. Salientou que é fundamental implementar todos os instrumentos de política para saber se são eficazes ou não.

A conselheira Lígia Viveiros/CAESB ressaltou a importância de fazer um estudo antes de aplicar o projeto de descentralização dos efluentes. Disse que à operação é interessante para comunidades menores, em áreas com menor risco de contaminação no lençol freático.

A conselheira Maria/Oca do Sol sugeriu um seminário técnico sobre sistemas descentralizados porque gerou muitas dúvidas entre os conselheiros.

A conselheira Renata Mongin/IBRAM ressaltou sobre a importância da cobrança para a efetivação dos instrumentos. Sobre as ETEs compactas achou interessante repensar nessa nova alternativa.

O conselheiro Rodolfo Brito/CBH Maranhão-DF corroborou com a conselheira de fazer uma oficina para melhorar explicar o procedimento.

A conselheira Érica Freitas/ADASA lembrou que esse assunto da cobrança começou a ser discutido em 2020 com uma equipe técnica. Na época foi feito um grupo de trabalho com os representantes dos comitês de bacias e especialistas do assunto. Entendeu que a parte técnica já foi feita, consta um estudo técnico na página da Adasa, e que agora está com a diretoria da Adasa fazer um decisão e poder dar continuidade ao processo. Informou que a Adasa está finalizando o processo de licitação para atualizar o Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal – PGIRH/DF, é um procedimento que se faz a cada 5 anos. Lembrou que 2020 teve uma reunião com a equipe técnica que elaborou o plano e os representantes dos comitês de bacias para discutirem o termo de referência. Explicou que os planos do Maranhão/DF e do Preto/DF estão sendo elaborados juntos com a atualização do PGIRH/DF.

A Presidente perguntou para conselheira se tem alguma atividade de operacionalização da cobrança sendo feita na Adasa.

A conselheira Érica/ADASA respondeu que não saberia responder essa informação sobre a implementação da cobrança porque é de outra área da Adasa.

A Presidente solicitará a Adasa, por *email*, um representante para discutir sobre esse assunto. Informou que precisa dessa informação para colocar em uma planilha o acompanhamento que precisa ser feito para dar continuidade.

Seguindo com a Agenda de temas prioritários para o CRH/DF, passou para o tema enquadramento. A edição final do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Afluentes Distritais do Rio Paranaíba (PRH-Paranaíba/DF) apresentou metas e ações do enquadramento.

A primeira meta trata de revisar as classes de enquadramento das águas superficiais em curto prazo. O CBH Paranaíba/DF solicitou um prazo até o final de 2023 para fazer essa revisão. Entendeu que para os outros comitês de bacias a revisão se dará quando fossem discutidos os planos de bacias.

A meta dois trata de atingir a qualidade da água superficial necessária para atender a resolução de enquadramento até 2040. As ações formam: ampliação da capacidade de atendimento de esgotos das ETEs existentes, adoção de sistemas de tratamento mais eficientes nas ETEs existentes e redução da carga de origem difusa.

A Presidente comentou que nessa meta teria que verificar os cursos d´água mais críticos para ter um desdobramento melhor. Disse que o PRH Paranaíba já discutiu sobre esse assunto. Passou a palavra para os conselheiros.

O conselheiro Ricardo Minoti/CBH Paranaíba-DF comentou sobre as ações dos comitês de bacias em vista ao aprimoramento da qualidade da água. Foi discutido em reunião dos comitês de bacias o reuso de efluentes tratados na agricultura, assunto que não está normalizado no DF. Nessa reunião obtiveram alguns encaminhamentos e um deles foi a criação de um grupo de trabalho para tratar do tema reuso. Em 2021, deliberado em reunião do CONAM/DF, foi criado um GT para estudar padrões de lançamento

de efluentes em corpos hídricos superficiais. Informou que até o momento não houve reunião desse GT. Outros temas discutidos, mas que precisam de avanços são os esgotos combinados, a revisão do enquadramento por trechos e o acompanhamento ecológico do sistema. Informou que tem conversado com algumas instituições sobre os assuntos. A respeito da responsabilidade do comitê de fazer a revisão do enquadramento, informou que precisaria do relatório da Adasa sobre a análise de estado das águas nas bacias do DF. Solicitou esse relatório para a Adasa que comunicou que os dados sobre a situação das águas estão no seu *site*. Foi feito um convite para a Adasa participar das reuniões dos comitês para apresentar o relatório de qualidades das águas, mas a Adasa não compareceu. A diretoria do CBH Paranaíba/DF tinha a intenção de ter essa apresentação da Adasa para depois fazer uma audiência pública, fazer um levantamento das solicitações da sociedade e em seguida discutir o processo de revisão do enquadramento.

A conselheira Érica Freitas/ADASA comentou que a Adasa contratou um consultor para fazer um estudo sobre a reutilização da água de reuso para a situação agrícola. O consultor irá verificar as condições de cada efluente de tratamento, as diretrizes que precisam ser cumpridas e o quanto esse reuso vai impactar na tarifa.

O conselheiro Eduardo Cyrino/EMBRAPA lembrou que esses assuntos que envolve o enquadramento já foram discutidos no GT do SIRH. Destacou a importância de revisar a Resolução nº 357/2005 do CONAMA para poder definir qualquer norma de enquadramento no DF.

A Presidente corroborou com o conselheiro e priorizou a implementação dos três GTs que irão dar continuidade ao SIRH-DF, conforme acordado em reunião da CTPA/CRH/DF.

A diretora de colegiados da SEMA/DF, Maricleide Maia, perguntou se é o Ibram que faz o monitoramento da qualidade da água.

A conselheira Renata Mongin/IBRAM respondeu que quando a atividade é licenciada o Ibram faz o monitoramento por um período para a questão do licenciamento. Após o licenciamento, o próprio empreendedor fica responsável por contratar uma empresa para fazer o monitoramento.

A conselheira Lígia Viveiros/CAESB disse que a Caesb monitora as bacias que são de capitações de água e os que têm lançamentos de efluentes tratados. São os programas para águas superficiais: capitação de água, corpos receptores, alternativas de abastecimento e programa de balneabilidade no lago Paranoá.

Sem mais comentários, a Presidente irá organizar todas essas informações em uma planilha. Passou para os informes.

Item 3: Informes gerais.

O conselheiro Ricardo Minoti/CBH Paranaíba-DF comentou sobre o livro “Gestão das Águas”. Explicou que o livro retrata o histórico da estruturação, ampliação e amadurecimento da governança dos recursos hídricos do DF pela visão dos comitês de bacias. Disse que o livro tem recurso aprovado pelo comitê de bacia federal e o lançamento será na Universidade de Brasília – UnB.

A Presidente comentou que precisa atualizar a situação do Progestão. Verificar com os conselheiros se avançaram no relatório. Propôs uma reunião prévia para tratar do assunto.

O subsecretário de Gestão da Águas e Resíduos Sólidos da SEMA/DF, Glauco Amorim, concordou com a reunião prévia para discutir o Progestão.

A conselheira Érica Freitas/ADASA informou que já obteve as contribuições da Adasa e dos CBHs. Sugeriu uma reunião para o dia 29 de março de 2023 para atualizar as informações.

A Presidente e os demais conselheiros concordaram com a sugestão de data da reunião. Ressaltou que até o dia da reunião precisaria ter as contribuições das instituições.

Encaminhamentos:

1 – A Presidente organizará as informações sobre a cobrança e o enquadramento colocadas pelos conselheiros.

Esgotada a pauta a Presidente agradeceu a todos e declarou encerrada a reunião.

Dúvidas, favor contatar a DIRETORIA DE COLEGIADOS, pelo e-mail: conselho.crh@gmail.com

Brasília, 27 de março de 2023.

RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL (ABES/DF)

Presidente da CTPA/CRH/DF

Documento assinado eletronicamente por **Raquel de Carvalho Brostel**, **Usuário Externo**, em 19/06/2023, às 11:03, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 verificador= **115415827** código CRC= **2E0CAE28**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SBN Quadra 2 Lote 9 Bloco K 3º Piso Inferior - Bairro Asa Norte - CEP 70040-020 - DF